

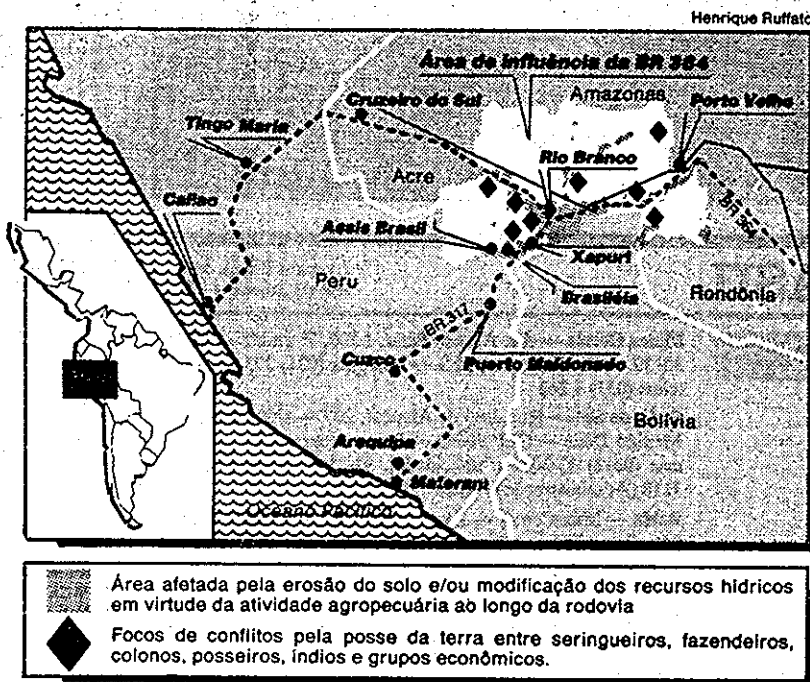
# IBGE prevê conflito social se BR-364 atravessar Sul do Acre

"Será um verdadeiro caldeirão de conflitos sociais". Com essas palavras, Tereza Cardoso da Silva, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) definiu o que acontecerá com o Oeste de Rondônia e o Sudeste e o Sul do Acre caso a rota escolhida para a continuação da BR-364 rumo ao Oceano Pacífico passe por Brasília, no Sul do Acre, e não por Cruzeiro do Sul, no Oeste. Tereza Cardoso sustenta sua previsão a partir do trágico e detalhado diagnóstico ambiental da área de influência da BR-364, na parte da estrada que liga Porto Velho a Rio Branco — o Projeto de Proteção do Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas (PMACI), avaliação que o IBGE está concluindo e que será entregue ao Instituto de Planejamento Econômico e Social (Ipea) até o final do ano.

"O caminho para Cruzeiro do Sul, cruzando o Acre horizontalmente de ponta a ponta, é mais longo, mas é menos povoado", justifica Tereza Cardoso, ao assegurar que o asfaltamento da rodovia que hoje já existe na região (a BR-317), que liga Rio Branco a Brasília, vai estimular a especulação com a terra e atrair colonos e fazendeiros para a região, intensificando ainda mais os problemas sociais existentes na área onde foi morto o líder seringueiro Chico Mendes e onde hoje há focos de conflito espalhados por toda a parte. "Os seringueiros de lá são muito conscientizados e se esse asfaltamento não for muito bem controlado os conflitos serão de maior dimensão", adverte.

Tânia Munhoz, presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) diz que só concordará com a construção da estrada ligando o Acre ao Peru após um longo estudo sobre os efeitos da obra para o meio ambiente.

"Os mapas do PMACI revelam o avanço da destruição numa área de 250 mil quilômetros quadrados cruzada pela BR-364 e devem servir de exemplo para o projeto dessa saída para o Pacífico rumo ao Japão", sugere Tereza Cardoso. A avaliação do IBGE já diagnosticou a região ao Sul da BR-364, na fronteira de Rondônia com o Acre, como uma área altamente sensível ao desmatamento para a atividade agropecuária. Por esse local, passa a BR-317, que ainda tem boa parte sem asfalto e que mesmo assim tem atraído colonos e fazendeiros, que fazem queimadas para plantar pasto.



Segundo os técnicos do IBGE, a erosão do solo decorrente do desmatamento está contribuindo para a acentuação das secas durante o período de estiagem (maio a setembro) devido à diminuição do volume das águas provocada pelo assoreamento e represamento dos igarapés e dos rios. Durante o período chuvoso, de outubro a abril, essa lama que chega aos rios contribui para aumentar exageradamente o volume das águas, aumentando o poder das enchentes que atingem as cidades da região, principalmente Rio Branco, por onde cruza o Rio Acre.

"Esse problema está ocorrendo de forma intensa na área a Oeste de Rondônia por onde passa a estrada e que tem vocação natural para o extrativismo e a exploração madeireira sustentada", informa Tereza Cardoso. Para contornar o problema da agropecuária antes que não haja mais solução, o PMACI vai sugerir a criação de uma Área de Proteção Ambiental (APA) na região de risco, para a exploração racional da floresta. "Resta saber se há possibilidades fundiárias para isso", ressalva.

O projeto identificou dezenas de pontos de conflito social pela posse da terra e

propôs a criação de quatro reservas extrativistas, três florestas nacionais e demarcação de 25 reservas indígenas na área analisada. Mas nos últimos cinco anos o Ibama só demarcou duas florestas nacionais — Bom Futuro (Rondônia) e Purus (Amazonas) — e a reserva extrativista Chico Mendes (Acre). Essa reserva de 970 mil hectares absorveu Cr\$ 47 bilhões e será a prioridade do Ibama para a região no próximo ano. A Funai só demarcou quatro áreas indígenas.

Por falta de verba, a segunda parte do PMACI, que pretendia avaliar o impacto ambiental da área que vai de Rio Branco a Cruzeiro do Sul, foi engavetada. No entanto, está na mesa da ministra da Economia, Zélia Cardoso de Melo, um projeto de lei repassando Cz\$ 143 milhões ao Instituto de Planejamento Econômico e Social (Ipea), responsável pela contratação do projeto junto ao IBGE. O PMACI foi exigido pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento para financiar 40% da obra de asfaltamento da BR-364 entre Porto Velho e Rio Branco, mas o projeto foi interrompido em março pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), também por falta de dinheiro.